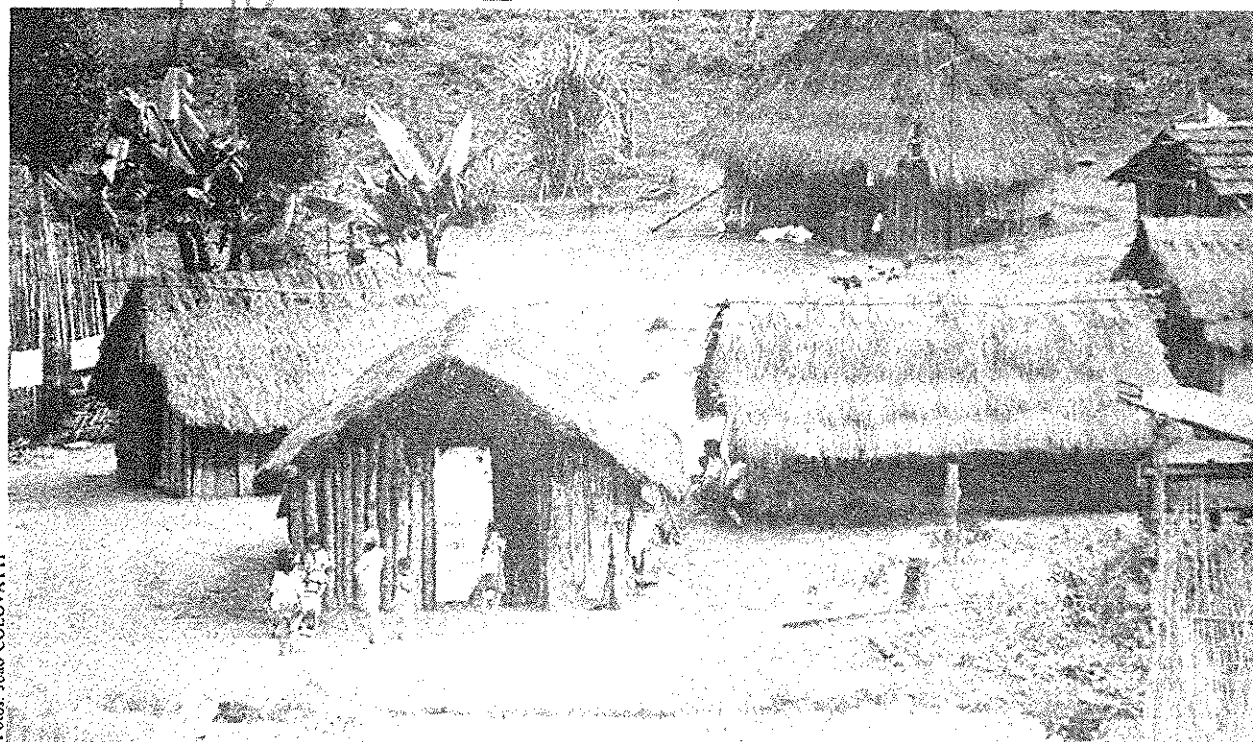


Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário do Gde ABC Class.: 1496

Data: 19.04.87 Pg.: _____

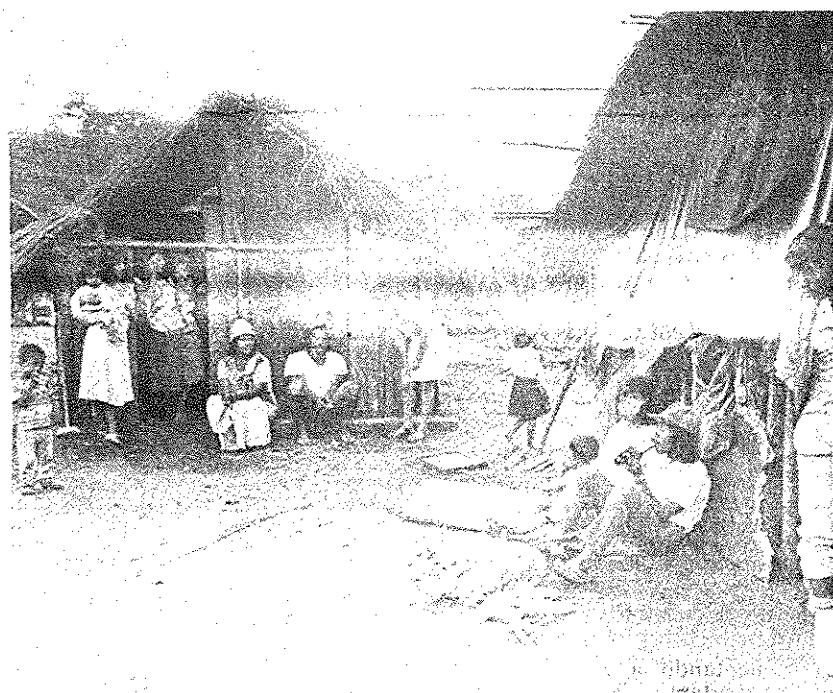
Decreto apenas reafirma direito assegurado ao índio



Fotos: João COLOVATTI

Área ocupada por 40 famílias guaranis na região Sul de S. Paulo foi transformada em reserva

Comunidade arredia a estranhos



Desconfiados, eles apenas falam na presença de advogado

Os índios guaranis das aldeias Krucutu e Morro da Saudade mostram-se arredios e desconfiados diante de estranhos. Só gostam de dar entrevistas na presença do advogado da Comissão Pró-Índio. Falam perfeitamente a língua portuguesa, mas entre si só conversam em guarani. As crianças menores andam nuas pelas aldeias ou no colo das mães, as maiores não dispensam colares e todos andam descalços. Vivem em ocas de um cômodo, sem luz nem água encanada. Plantam arroz, milho, mandioca, batata (para consumo próprio) e fazem coloridos artesanatos comercializados na praça da Sé ou nas estradas.

O ônibus passa perto da aldeia mas preferem caminhar a pé, mesmo porque dinheiro é coisa rara e almejada. As crianças não têm praticamente nenhuma opção de lazer, porém inventam as próprias brincadeiras e ajudam as mães no artesanato. Aparentemente são felizes, pacatos e vivem em perfeita harmonia com a natureza. Não querem mais que o direito de viver sossegado em seu pedaço de chão. Dia do Índio? "Pra quê se ninguém faz nada por nós" - ri o cacique José Fernandes (EKS).

Hoje, Dia Nacional do Índio, as 40 famílias guaranis que vivem nas aldeias Krucutu e Morro da Saudade, na região de Parelheiros, em São Paulo, do outro lado da represa Billings, teriam motivo a mais para comemorar a data festejada pela civilização branca: o presidente José Sarney transformou a área de 43 hectares, que ocupam há 32 anos, em reserva indígena, garantindo-lhes dessa forma a posse da terra. Mas para o cacique Guarapepo (ou José Fernandes, na nossa língua), da aldeia Morro da Saudade, tanto a data quanto o decreto presidencial pouco representam em termos de conquista dos direitos de seu povo.

"Para nós, todo dia é dia de índio, não há novidade nenhuma na data. O decreto é muito bom porque vamos agora ter documentação, mas já somos donos desta terra há muito tempo e a nossa vida vai continuar difícil do mesmo jeito. Não vai mudar em nada" - comentou o cacique, de 46 anos, pai de sete filhos e também Líder espiritual da aldeia.

Guarapepo tem razão. O decreto presidencial apenas reconhece oficialmente direito já assegurado aos índios pela Constituição Federal, através do artigo 198. Para que o índio seja dono da terra, basta que habite nela, diz a lei. Para reforçar, existe ainda a lei federal 6.001/73 - o Estatuto do Índio - que determina demarcação de área pelo Poder Executivo para garantir a posse de terra. É o que o presidente Sarney acaba de fazer, mas os índios não terão, como imaginam, nenhum documento ou escritura. "O próprio decreto já é a documentação escrita, porque eles têm a posse mas não a propriedade da terra. As áreas transformadas em indígenas são patrimônio da União, com usufruto exclusivo e permanente do índios. É um bem inalienável: eles têm permissão para morar definitivamente no local mas não podem vender para ninguém" - explicou o advogado Marco Antonio Barbosa, da Comissão Pró-Índio de São Paulo.

Disputas pela posse

A aldeia Morro da Saudade tem 28 hectares e 36 famílias, cerca de 150 pessoas, número que em termos de população indígena é bastante significativo. A aldeia vizinha, Krucutu, de 15 hectares, chefiada pelo cacique Karaiminiguari (Nivaldo Martins da Silva),



Todos andam descalços pelas aldeias Krucutu e Morro da Saudade



Coloridos artesanatos são vendidos na praça da Sé ou estradas

abriga quatro famílias - 15 pessoas. Nos 32 anos que ocupam a área, enfrentaram pequenos problemas de disputa de posse mas nada de muito sério, segundo o cacique. Problemas graves na sua opinião são falta de escola, alimentação, posto de saúde, cobertores e sobretudo dinheiro. "Nunca recebemos ajuda de ninguém. A Funai nem sabe que a gente existe. Não queremos terra para ficar rico, é só para viver, plantar e comer" - disse.

O decreto do presidente criou ao todo seis áreas indígenas. As outras

estão localizadas no Pico do Jaraguá (também na Capital) e em Ubatuba, Itanhaém e São Vicente, (no Litoral). Calcula-se que existem atualmente no Estado cerca de dois mil índios guaranis. De acordo com o advogado Marco Barbosa a área mais importante, a do rio Silveiras, em São Sebastião, ficou fora do decreto. O terreno, segundo ele, foi invadido pelo Grupo Peralta antes do Carnaval, sendo que a Justiça já havia concedido liminar aos índios, em ação sobre a posse da área (EKS).